

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional

Ata nº 1

22 de maio 2019

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu o júri do procedimento Concursal de recrutamento para assistentes operacionais, nomeado pela diretora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Definição de prazos e formas de apresentação de candidatura;

Ponto dois: Definição de parâmetros de avaliação e ponderações dos métodos de seleção;

Ponto três: Grelha classificativa e sistema de valoração final do método.

Dando início à ordem de trabalhos o júri, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 30.º, artigos 33.º a 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por despacho, da Diretora da Escola Secundária de Camarate de 20/05/2019, no uso das competências que lhe foram delegadas por Despacho n.º 2103/2019 da Diretora-Geral da Administração Escolar proferido em 25 de fevereiro de 2019, publicado em *Diário da República*, 2.ª série – N.º 43 – 1 de março de 2019, definiu o prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de um (1) posto de trabalho da Escola Secundária de Camarate, na categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Caso se verifique a previsão nos n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, é constituída uma reserva de recrutamento interna pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, a ser utilizada quando, nesse período, haja necessidade de ocupação transitória de idênticos postos de trabalho, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 29.º e 30.º.

As candidaturas deverão ser submetidas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio disponibilizado eletronicamente no Sistema Interativo de Gestão de Recursos Humanos da Educação - SIGRHE > Situação Profissional > PND - Proc. concursais comuns > Formulário de candidatura no portal da Direção Geral da Administração Escolar

Anita

([www.dgae.mec.pt](http://www.dgae.mec.pt)) e formalizadas através da entrega, nas instalações da Escola Secundária de Camarate, Loures, ou enviadas pelo correio, para a morada identificada no n.º 7 do presente Aviso, em carta registada com Aviso de receção, dirigidas à Diretora da Escola Secundária de Camarate até ao último dia do prazo para apresentação das candidaturas, dos documentos previstos no aviso de abertura. Os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao concurso.

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, conforme constará no aviso de abertura, os candidatos serão avaliados, nos termos do artigo 36.º da LTFP e do artigo 5.º da Portaria n.º 125-A/2019, pelos métodos de seleção obrigatórios Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP). Os candidatos que estejam a cumprir ou a executar atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, os métodos de seleção a aplicar são a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

A Prova de conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício das funções. Será valorada de 0 a 20 valores e com expressão até às centésimas.

O tipo, forma e duração da prova de conhecimentos são: Prova escrita, com questões de escolha múltipla; Verdadeiro/Falso e de resposta curta, com duração de 60 (sessenta) minutos. A prova de conhecimentos incidirá sobre os seguintes temas: Atendimento/encaminhamento/acompanhamento; atitudes e valores; Higiene e conservação e apoio às atividades pedagógicas; direitos e deveres do Funcionário Público, direitos e deveres do Aluno, para a qual é indicada a seguinte bibliografia: Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro (aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas); Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Lei de Bases do Sistema Educativo n.º 46/86, de 14 de outubro e a Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro (Estatuto do Aluno e Ética Escolar).

A Avaliação psicológica (AP) visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP. A avaliação psicológica pode comportar uma ou mais fases e é valorada, em cada fase intermédia, se existir, através das menções classificativas de Apto e Não apto e, na última fase do método, para os candidatos que a tenham completado, através dos níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

A Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o

posto de trabalho a ocupar, e que obrigatoriamente são os seguintes: Habilitação Académica de Base ou Curso equiparado, Experiência Profissional, Formação Profissional e Avaliação de Desempenho. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (HAB + 2EP + FP + AD) / 5$$

A habilitação académica é ponderada da seguinte forma:

12º ano de escolaridade ou cursos que lhe sejam equiparados Habilitação de grau académico superior	Vinte valores
11º ano de escolaridade	Dezoito valores
10º ano de escolaridade	Dezasseis valores
Escolaridade obrigatória inferior ao 10º ano de escolaridade	Dez valores

Experiência Profissional: neste fator é valorado o tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria de assistente operacional.

Experiência profissional (EP) será graduada de acordo com a seguinte pontuação:

com experiência de 8 anos ou mais, no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no aviso de abertura;	Vinte valores
com experiência igual ou superior a 5 anos e inferior a 8 anos, no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no aviso de abertura;	Dezoito valores
com experiência inferior a 5 anos, no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no aviso de abertura;	Dezasseis valores
sem experiência no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no aviso de abertura;	Doze valores
sem experiência profissional.	Dez valores

Formação Profissional: neste parâmetro é valorada a formação profissional direta ou indiretamente relacionada com a área funcional a recrutar. Será valorada com um mínimo de oito valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce, até um máximo de vinte valores, o seguinte:

Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de sessenta ou mais horas	Vinte valores
Formação diretamente relacionada com a área funcional num total inferior a sessenta horas	Dezoito valores
Formação indiretamente relacionada com a área funcional num total de sessenta ou mais horas	Catorze valores
Formação indiretamente relacionada com a área funcional num total inferior a sessenta horas	Doze valores
Sem formação	Dez valores

Anexo  
10

A Avaliação de desempenho (AD) relativa ao último período em que o candidato cumpriu ou executou atribuição competência ou atividade idêntica às do posto de trabalho a ocupar, será classificada de acordo com a seguinte fórmula:  $AD = 4 [(A+B+C)/3]$  em que A,B e C são as pontuações quantitativas dos últimos três anos. Os candidatos que não tenham avaliação do desempenho, ou tendo, não seja em atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar, serão valorados neste parâmetro com 13 valores.

A Entrevista Avaliação de Competências (EAC) visa avaliar, numa relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências essenciais para o exercício da função, sendo avaliada segundo níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

Nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, aplica-se o método de seleção facultativo Entrevista Profissional de Seleção (EPS). A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) visa avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. A entrevista é pública, sendo o local, data e hora da sua realização atempadamente afixados em local visível e público nas instalações da entidade empregadora pública e disponibilizada na sua página eletrónica.

A classificação final (CF) dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção e será efetuada através de uma das seguintes fórmulas:

$$CF = 0,45 PC + 0,25 AP + 0,30 EPS$$

ou

$$CF = 0,45 AC + 0,25 EAC + 0,30 EPS$$

Serão excluídos do procedimento, nos termos do n.º 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

Atendendo à urgência do presente procedimento concursal, a aplicação dos métodos de seleção poderá ser faseada nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 125 -A/2019, de 30 de abril, da seguinte forma:

- a) Aplicação, à totalidade dos candidatos, do primeiro método de seleção obrigatório;
- b) Aplicação do segundo método obrigatório apenas a parte dos candidatos aprovados no método imediatamente anterior, a convocar por *conjuntos* sucessivos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades;
- c) Dispensa de aplicação do segundo método ou dos métodos seguintes aos restantes candidatos, que se consideram excluídos, sem prejuízo do disposto na alínea d), quando os

candidatos aprovados nos termos das alíneas anteriores satisfaçam as necessidades de recrutamento do procedimento concursal.

Os candidatos aprovados no método de seleção obrigatório a convocar para a realização do segundo método, são notificados por uma das formas previstas no artigo 10.º, por remissão do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Critérios de desempate na avaliação curricular:

De acordo com o ponto três é apresentada a Grelha classificativa final obtida através da aplicação dos métodos:

<i>Nome Candidato</i>	<i>Prova de Conhecimentos (PC)</i>	<i>Avaliação Psicológica (AP)</i>	<i>Entrevista Profissional de Seleção (EPS)</i>	<i>Classificação Final (CF)</i>

$$CF = 0,45 PC + 0,25 AP + 0,30 EPS$$

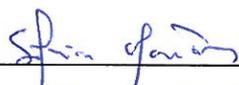
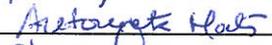
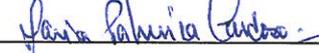
Ou

<i>Nome Candidato</i>	<i>Avaliação Curricular (AC)</i>	<i>Entrevista Avaliação de Competências (EAC)</i>	<i>Entrevista Profissional de Seleção (EPS)</i>	<i>Classificação Final (CF)</i>

$$CF = 0,45 AC + 0,25 EAC + 0,30 EPS$$

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual será lavrada a presente ata e que será assinada nos termos da lei.

O júri:

 (Sílvia Martins)  
 (Antonieta Matos)  
 (Palmira Cardoso)